



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RAYSSA CARLA LEAL PESSÔA**

**COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO SIMPLES E  
PRESUMIDO: um estudo de caso de uma microempresa de representação  
comercial no município de João Pessoa.**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**RAYSSA CARLA LEAL PESSÔA**

**COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO SIMPLES E  
PRESUMIDO: um estudo de caso de uma microempresa de representação  
comercial no município de João Pessoa.**

Monografia apresentada à Coordenação do  
Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC) do  
Curso de Ciências Contábeis do Centro de  
Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade  
Federal da Paraíba.

Orientador(a) Prof<sup>(a)</sup>: Me. Hélida Cristina  
Cavalcante Valério

**JOÃO PESSOA**

**2018**

L433c Leal Pessoa, Rayssa Carla.

COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO SIMPLES E PRESUMIDO: um estudo de caso de uma microempresa de representação comercial no município de João Pessoa / Rayssa Carla Leal Pessoa. – João Pessoa, 2018. 40f.

Orientador(a): Profª Msc. Helida Cristina Cavalcante Valerio.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Planejamento Tributário. 2. Simples Nacional. 3. Lucro Presumido. I. Título.

**RAYSSA CARLA LEAL PESSÔA**

**COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO SIMPLES E  
PRESUMIDO:** um estudo de caso de uma microempresa de representação  
comercial no município de João Pessoa.

Esta monografia foi julgada adequado para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovado em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

**BANCA EXAMINADORA**

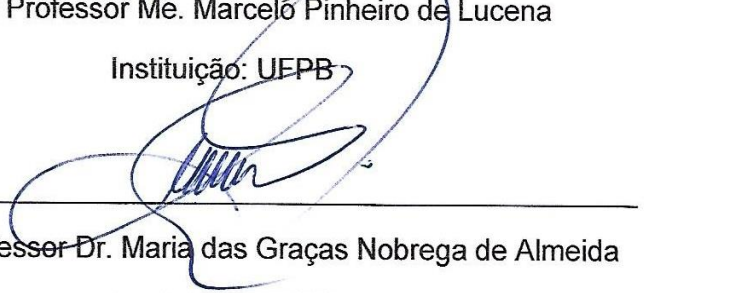


Presidente: Professora Me. Helida Cristina Cavalcante Valério

Instituição: UFPB

  
Membro: Professor Me. Marcelo Pinheiro de Lucena

Instituição: UFPB

  
Membro: Professor Dr. Maria das Graças Nobrega de Almeida

Instituição: UFPB

João Pessoa, 05 de junho de 2018

Agradeço a Deus por tudo, aos meus pais, meu esposo, meu irmão e todos os familiares que sempre me deram apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por sempre me dá forças para conquistar todos sonhos idealizados.

Aos meus pais Carlos Alberto Pessoa e Leila Leal Pessoa por sempre unidos terem lutado, não medindo esforços e com muito amor para me proporcionar com dedicação uma boa educação, por sempre está acreditando e me apoiando em todos os meus sonhos, e serem exemplos de vida a ser seguido, para mim é um privilégio ser filha de vocês.

A pessoa muito especial e importante que Deus colocou na minha vida meu esposo Edvinio Carvalho Leal que está ao meu lado compartilhando todos os momentos comemorando nas realizações e vitórias, e nas dificuldades dando incentivo para enfrentar e vencer.

Ao meu irmão com os seus conselhos que me são indispensáveis e aquela confiança de uma pessoa posso contar a qualquer momento. Agradeço também a todos os meus familiares e amigos que estão ao meu lado me incentivando e dando suporte.

Por fim, não menos importante a todos o professores do curso que com dedicação contribuíram para minha formação profissional, em especial a professora Héliida Valerio minha orientadora pela assistência e atenção fornecida .

## RESUMO

A alta carga tributária interfere diretamente nos lucros das empresas, devido a isso, empresas buscam na contabilidade tributária uma ferramenta que é o planejamento tributário que visa esta economia tributária. Devido ao foco em maximização de lucros das empresas este trabalho teve como objetivo um estudo de caso no qual analisou qual era a melhor escolha do regime de tributação: Simples Nacional ou Presumido numa microempresa de representação comercial situada no município de João Pessoa – PB do ramo de moda e confecções, demonstrando a importância do planejamento tributário, pois, além de altos índices tributários, o Brasil também está em constatare mudanças na sua legislação. De acordo com a análise da documentação, foi observado que a melhor economia de impostos desta supracitada empresa seria a opção pelo Simples Nacional com uma economia de impostos de R\$ 993,87 (Novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos). Em relação à análise dos dados, a pesquisa é fundamentada de acordo com a nova legislação do Simples Nacional, a lei complementar 155/2016, que começou a vigorar no ano de 2018 (dois mil e dezoito).

**Palavras-Chave:** Planejamento Tributário; Simples Nacional e Lucro Presumido.

## **ABSTRACT**

The high tax burden affects directly in the profits of the companies; because of this, the companies search for tax accounting, one tool that is the tax planning, aiming tax savings. Due to the focus on maximizing profits of companies, this work had as objective a case study in which examined what was the best choice of the tax regime: National Simple or Presumed in a commercial representation microenterprise located in municipality of João Pessoa – PB of fashion and clothing. It demonstrates the importance of tax planning; because, besides high rates taxes, Brazil also determines the changes in its Legislation. According to the analysis of the documentation, it was observed that the best tax saving this aforementioned company would be the option by the National Simple with a tax savings of R\$ 993.87 (993 Reals and 87 cents). In relation to the analysis of the data, the research deals with the new Legislation of the National Simple, complementary Law 155/2016 that began in the year 2018.

**Keywords:** Tax Planning; Simple National and Presumed Profit.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Faturamento mensal da empresa no ano de 2017.....	30
Tabela 2 - Cálculos dos impostos regime Simples Nacional.....	32
Tabela 3 - Valor recolhimento total DAS.....	32
Tabela 4 - Cálculo PIS, Cofins e ISS - Lucro Presumido.....	33
Tabela 5 - Cálculo IRPJ e CSLL - Lucro Presumido.....	33
Tabela 6 - Comparativo mensal Simples Nacional e Lucro Presumido.....	34
Tabela 7 - Comparativo anual Simples Nacional e Lucro Presumido.....	35

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Alíquotas de presunção das receitas do regime tributário lucro presumido.....	21
Quadro 2 - Tabela anexo V Simples Nacional.....	31

## **GRÁFICO**

Gráfico 1 - Comparativo mensal Simples Nacional e Lucro Presumido.....	35
Gráfico 2 - Comparativo anual Simples Nacional e Lucro Presumido.....	36

## LISTA DE SIGLAS

<b>CNAE</b>	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
<b>COFINS</b>	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
<b>CTN</b>	Código Tributário Nacional
<b>DAS</b>	Documento de Arrecadação Simples Nacional
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIS</b>	Programa de Integração Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>15</b>
<b>1.3 Justificativa da Pesquisa.....</b>	<b>16</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Contabilidade tributária.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Tributos.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Regimes tributários.....</b>	<b>19</b>
2.3.1 Lucro Real.....	19
2.3.2 Lucro Presumido.....	20
2.3.3 Simples Nacional.....	23
<b>2.4 Planejamento Tributário.....</b>	<b>26</b>
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 Tipologia da pesquisa.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>28</b>
<b>5 COMPARATIVO DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS.....</b>	<b>30</b>
<b>5.1 Faturamento anual.....</b>	<b>30</b>
<b>5.2 Simples Nacional.....</b>	<b>31</b>
<b>5.3 Lucro presumido.....</b>	<b>33</b>
<b>5.4 Comparativo entre os regimes de tributação.....</b>	<b>34</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com maiores cargas tributárias do mundo. Segundo Andrade et al (2015), a carga tributária orbita atualmente em cerca de 35% do Produto Interno Bruto (PIB), elevando, assim, os custos dos produtos e serviços, resultando numa diminuição do poder aquisitivo do comprador, consequentemente adquirindo menos, afetará diretamente no faturamento das empresas.

Com a necessidade de manterem-se ativas e buscarem melhores resultados, maximizando os lucros, minimizando custos e com maior potencial de enfrentamento da concorrência, empresas buscam na Contabilidade Tributária uma ferramenta de extrema utilidade, que é o planejamento tributário, onde visa à obtenção de economia de impostos, ocasionando numa diminuição dos seus custos.

Conforme Chaves (2017), o planejamento tributário ocorre anterior ao fato gerador, sendo atribuído um processo de escolha de ação, visando à direta ou indireta economia de impostos.

No processo para a execução, a princípio, deverá ser feita uma análise criteriosa do contador sobre a empresa, pois, de acordo com o porte da mesma, o volume de seus negócios e a situação econômica, irá haver variações de qual tipo de regime de tributação virá a favorecê-la: se pelo lucro real, presumido ou simples nacional, segundo Crepaldi (2017).

Outro ponto importante é da atualização do contador sobre as normas da legislação tributária que estão em constante mudanças, mantendo-se atualizado para que não pratique nenhuma infração contra a ordem tributária.

Visualizando toda essa importância do planejamento e as constantes mudanças, este trabalho de conclusão de curso visa, através desta pesquisa, a demonstrar qual a melhor opção de tributação: Lucro Presumido ou Simples Nacional, analisando uma microempresa prestadora de serviço de representação comercial do ramo de roupas e confecções no município de João Pessoa.

## **1.1 Tema e Problema de Pesquisa**

Conforme Chaves (2017) o planejamento tributário visa a economia de impostos, observada a alta carga tributária brasileira, buscou-se com esta pesquisa, resolver a seguinte indagação: **Qual a melhor escolha entre os regimes de tributação simples e presumido em uma microempresa de representação comercial do município de João Pessoa?**

## **1.2 Objetivos**

Para alcançarmos o propósito da pesquisa, torna-se necessária a determinação de objetivos. Para isso, definimos os seguintes objetivos gerais e específicos:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar a melhor escolha entre os regimes de tributação simples e presumido em uma microempresa de representação comercial do município de João Pessoa.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Verificar como funcionam os regimes tributários.
- b) Apresentar a importância do planejamento tributário;
- c) Identificar a economia dos impostos quando feita a escolha pela melhor opção do regime tributário.

### 1.3 Justificativa

Devido à alta carga tributária brasileira, empresas lutam pela sua continuidade, e, para isso, um dos mecanismos utilizados é o planejamento tributário, empregando de métodos lícitos para se destacar no mercado e aumentar a sua lucratividade.

Desta forma, conhecer a melhor opção de tributação tornou-se relevante em todos empreendimentos, justifica-se, assim, um estudo de caso a ser executado para observar qual a melhor alternativa de regime tributário de uma empresa de representação comercial situada em João Pessoa-PB, sabendo-se que, com a criação do Simples Nacional, um sistema de unificação dos tributos que trouxe alíquotas diferenciadas e muita economia de impostos para micro e pequenas empresas ou Lucro Presumido.

Outra razão para a escolha do tema foi pela existência de constantes mudanças no código tributário. A Lei Complementar 155/2016 é um dos exemplos destas mudanças, a qual entrou em vigor no ano de 2018 (dois mil e dezoito) que veio a modificar alguns aspectos do Simples Nacional, influenciando também diretamente na escolha da empresa pois nesta atividade empresarial escolhida ocorreram mudanças com a entrada em vigor desta lei.

Nesta pesquisa, busca-se auxiliar aos contadores e demonstrar aos empresários que atuam na área de representação comercial, para que venha a esclarecer e embasar as adequações em relação ao regime tributário.



## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nestes tópicos, será apresentada a fundamentação teórica, visando ao esclarecimento do assunto de relevância para a compreensão e entendimento do estudo de caso demonstrado subsequentemente.

### **2.1 Contabilidade tributária**

Conforme demonstrado por Andrade et al (2015), no Brasil, a carga tributária orbita atualmente em cerca de 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Com base nesse cenário de alta carga tributária, as empresas passam por muitas dificuldades de continuidade de negócios, e tentam de forma legal reduzi-la cada vez mais.

Tendo em vista esse alto nível arrecadação de tributos, as empresas encontram na contabilidade tributária, o ramo da contabilidade que visa a buscar alternativas para a redução da carga tributária e ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pelo fisco. (POHLMANN, 2012).

Para Alencar et. all (2010), a contabilidade tributária é entendida como uma importante ferramenta para a gestão de tributos, verificando as legislações tributárias vigentes e fazendo, assim, o uso da melhor escolha para a organização.

Ribeiro e Pinto (2012, p.1) destacam que “É um ramo da Contabilidade que trata especificamente do estudo, do gerenciamento e da contabilização de tributos”.

Ou seja, a Contabilidade tributária planeja a melhor forma de tributação, e, a partir de um fato gerador, gerar os tributos, faz o controle e a contabilização, além de ser responsável pelas obrigações acessórias. Neste contexto, torna-se de extrema valia pois está presente nas atividades cotidianas da entidade, além de tudo, está relacionada com uma atividade de planejamento como um diferencial de destaque no mercado.

## 2.2 Tributos

O Estado possui um sistema de finanças públicas, no qual são necessários numerários para a manutenção de sua existência e para manter ordem as suas obrigações com as necessidades coletivas essenciais dos indivíduos; logo, para utilização desses dispêndios, eles realizam arrecadações para os cofres públicos através de três formas, dentre elas, estão as arrecadações de tributos, que são a fonte mais importante de geração de receitas. (BECHO, 2014).

Tributo é uma prestação cujo valor pode ser expresso em moeda de forma obrigatória, havendo a incidência somente em atos lícitos, no qual deve ser sempre instituído através de lei, não sendo permitido nada que não estiver previsto em lei, de acordo com o art. 3º do Código Tributário Nacional, que conceitua “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”.

Conforme Oliveira et. al. (2015, p.59), “A lei é o principal elemento da obrigação, pois cria os tributos e determina as condições de sua cobrança (princípio da legalidade dos tributos).”

A tributação poderá ocorrer de tributação direta e indireta. Na forma direta, o contribuinte que elegeu aquela obrigação tributária irá arcar com o ônus financeiro, enquanto que a indireta ocorre quando o contribuinte direto não pagará diretamente ao cofres públicos e, sim, quem irá repassar é o contribuinte indireto. Esse caso ocorre no consumidor final, de acordo com o Portal Tributário.

A arrecadação de tributos vai ser cobrada de acordo com o Art. 145 da Constituição Federal de 1988:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Os impostos serão devidos independentemente de qual atividade estatal envolvida. É devido do contribuinte para custear o interesse social, conforme Art. 16

CTN “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.”

“As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição” (Art. 77).

Conforme o Art. 81 do CTN sobre contribuição de melhoria define:

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

## **2.3 Regimes tributários**

São três formas de tributação que as empresas contribuintes poderão optar, devendo ser definida, no início de cada exercício, portanto, a necessidade do planejamento tributário, pois, depois de definido não poderá, ser mudado facultativamente no decorrer no exercício.

Deverá ser observado o mais adequado para buscar a melhor alternativa com menores custos. Podendo, assim, optar pelo Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real no qual cada um possuindo uma legislação própria.

### **2.3.1 Lucro Real**

“A palavra “real” é utilizada em oposição ao termo presumido, com o principal objetivo de exprimir o que existe de fato, verdadeiramente, no sentido de ser aceito para todos os fins e efeitos de direito” afirma Santos e Oliveira (2008), ou seja, para essa modalidade, tem-se que apurar através de escriturações, que são registradas de forma regular, gerando, assim, as demonstrações contábeis para o devido lucro ser apurado, e, em cima desse valor, os impostos incidentes sobre o lucro serão apurados.

O lucro real é o regime que demonstra o resultado efetivo apurado no exercício, e qualquer empresa pode optar por essa forma de tributação, não havendo nenhuma restrição. (SILVA, 2013).

Conforme o art. 14 da Lei nº. 9.718/98, essa legislação demonstra quais empresas estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas, são elas:

- I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; ;
- II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa;
- VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).
- VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio

O Princípio da não cumulatividade está presente, nesse regime de tributação, nos impostos incidentes sobre o faturamento, que será creditado na venda e recebido na compra, apurando, assim, os valores dos impostos de forma compensatória. Fabretti e Fabretti (2014, p. 57) explicam que “O princípio da não cumulatividade confere expressamente ao sujeito passivo o direito de abatimento do imposto pago na operação anterior.”

### 2.3.2 Lucro Presumido

De acordo com Crepaldi (2017, p.198), “A legislação tributária mostra que o lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.”

Conforme o Art. 13 da Lei nº 9.718, de 1998, está autorizada a optar pelo lucro presumido:

A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

As empresas que estão enquadradas e que desejem optar deverão fazer a opção para todo o ano-calendário, o qual será manifestado no primeiro período de apuração de cada ano-calendário. Dois dos impostos com base neste regime serão determinados por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Lei 9.430 de 1996.

A apuração trimestral será de IRPJ e CSLL, calcula-se a partir de uma presunção do lucro determinado através da sua atividade, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 1:** Alíquotas de presunção das receitas do regime tributário lucro presumido. **(continua)**

<b>Atividades</b>	<b>Percentuais (%)</b>
Atividades em geral (RIR/1999, art. 518)	8,0
Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural,	1,6
Serviços de transporte (exceto o de carga)	16,0
Serviços de transporte de cargas	8,0
Prestação de Serviços em geral (exceto serviços hospitalares)	32,0
Serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atendas as normas da Anvisa. (Vide Nota 5)	8,0
Atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda.	
Atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis	

(continuação)

sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra	
Atividades desenvolvidas por bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta	16,0
Prestação de serviços relativos ao exercício de profissões regulamentadas. Intermediação de negócios. Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza. Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais. Construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais. Prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring). Coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte. Prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionados acima.	32,0

Fonte: Ministério da Fazenda (2018).

Logo, a essa alíquota de presunção determinada através da atividade em cima da receita bruta, aplica-se outro percentual, que são as alíquotas dos impostos. O CSLL deverá ser aplicado conforme Lei nº 11.727, de 2008, art. 17:

- I - 15% (quinze por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e
- II - 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.

Ao IRPJ, será aplicada uma alíquota de 15% ou, se “exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto à

alíquota de 10% (dez por cento).” Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (art. 13 § 1).

Já o PIS e o COFINS serão apurados mensalmente calculados pelo regime cumulativo, onde será aplicada a alíquota sobre a receita bruta, suas alíquotas são respectivamente 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) e 3% (três por cento). E para a empresa de serviços, será aplicada a alíquota de ISS, que varia com a legislação do município.

### 2.3.3.Simples Nacional

O surgimento do Simples Nacional destacou-se por ter um tratamento diferenciado e favorecido para micro e pequenas empresas conforme o Art. 1ª da Lei Complementar nº 123 (2006), visando a descomplicar o recolhimento e incentivar o desenvolvimento com alíquotas diferenciadas para recolhimento.

Para o ano de dois mil e dezoito, entrou em vigor a Lei Complementar Nº 155, 27 de Outubro de 2016, a qual trouxe algumas mudanças, entre elas, o enquadramento das empresas que possuem faturamento anual igual ou inferior de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), podendo estas serem optantes por esse regime, passou-se, assim, a possuir mais opções para mesmas que anteriormente, não podiam pertencer a este regime, mais uma opção para tentar desta forma a minimização dos seus custos tributários .

Outra das mudanças da lei citada anteriormente foi a extinção do anexo VI do simples, sendo relocadas as demais atividades pertinentes a ele para o anexo disponível, que continuou vigente o anexo V e as atividades que estavam no V passaram a ser tributadas no anexo III.

Vale ressaltar ainda as transformações nos anexos do simples, foi reajustado os valores de faturamento e também foi diminuído a quantidade de faixa de faturamento, para que empresas não saiam da sua faixa de faturamento e possa crescer sem tantas oscilações de faixa e alíquotas. Ainda diminuíram as alíquotas dos impostos e foi adicionado uma parcela a deduzir do tributo ao cálculo do valor devido, essas modificações foram um incentivo para as empresas ao seu crescimento.

Para participar deste regime de tributação, além de ter que estar dentro dos limites de faturamento, tem que se observarem as atividades empresariais permitidas que vão de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), através dela, irá saber se a atividade é permitida ou impeditiva e cumprir os requisitos previstos na legislação que não seja participante de alguma vedação do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016:

I - que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (*asset management*), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*);

II - que tenha sócio domiciliado no exterior;

III - de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

IV - (REVOGADO)

V - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto quando na modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

VII - que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;

VIII - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

IX - que exerça atividade de importação de combustíveis;

X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de:

a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

b) bebidas a seguir descritas:

b) bebidas não alcoólicas a seguir descritas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

1 - alcoólicas; (Revogado pela Lei Complementar nº 155, de 2016) (Vigência)

2 - refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas;

2. (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

3 - preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, com capacidade de diluição de até 10 (dez) partes da bebida para cada parte do concentrado;

3. (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

4 - cervejas sem álcool;

c) bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por: (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

1. micro e pequenas cervejarias; (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito



- 2. micro e pequenas vinícolas; (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito
- 3. produtores de licores; (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito
- 4. micro e pequenas destilarias; (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito
- XI - que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;
- XI - (Revogado)(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)
- XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;
- XIII - que realize atividade de consultoria;
- XIII - (Revogado);(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)
- XIV - que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis.
- XV - que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS.
- XVI - com ausência de inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível.

Para fazer a solicitação da opção, poderá ser no momento da abertura. Caso, no decorrer do ano, ultrapasse o valor do faturamento anual ou adicione alguma atividade (CNAE) impeditiva do simples, será desenquadrada de imediato, automaticamente. Algo que também é motivo de desenquadramento seria o não pagamento dos tributos, podendo ser eles débitos federais, estaduais ou municipais, acarretando no desenquadramento no ano subsequente, podendo a empresa pagar ou negociar os débitos e novamente fazer a solicitação.

Conforme Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e empresas de pequeno porte, esse regime compartilhado de tributos significa uma única guia, contemplando todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Os sete impostos destacados na guia única de arrecadação são os seguintes tributos:

- a) Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS);
- b) Contribuição para o programa de integração social (PIS);
- c) Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS);
- d) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ);
- e) Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL);
- f) Imposto sobre produtos industrializados (IPI);

- g) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e
- h) Contribuição patronal previdenciária (CPP).

Para aplicação da alíquota do imposto, foram criados cinco anexos, que são tabelas distribuídas de acordo com a atividade empresarial e o faturamento, sendo assim, a empresa terá seus impostos variando de acordo com a atividade (CNAE), e a receita bruta dos últimos doze meses, determinam a alíquota a ser aplicada e podendo, assim, ser gerado mensalmente o Documento de Arrecadação Simplificado (DAS).

Junior e Pujals (2015, p.75) afirmam:

...a alíquota depende de inúmeras variáveis como a receita bruta acumulada dos últimos 12 meses anteriores ao período de apuração, a receita acumulada no ano, a atividade da empresa (comércio, indústria ou serviços) entre outros fatores o que demanda a necessidade de um programa para o cálculo dos tributos. Esse programa é conhecido atualmente como PGDAS-D e encontra-se no seguinte endereço: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>.

Em relação às obrigações acessórias das empresas optantes pelo simples também serão menos complexas são elas, no âmbito municipal que será independente do regime são as declarações de serviços, já no âmbito estadual tem a Guia de informações mensais (GIM), o programa gerador do documento de arrecadação do simples nacional (PGDAS) que é uma declaração e ainda gera a guia de recolhimento, todas as obrigações anteriores são mensais e a Declaração de informações socioeconômica (Defis) que é anual.

## 2.4 Planejamento tributário

Com a preocupação dos altos custos, ferramentas são disponibilizadas em nosso sistema tributário e até mesmo instituídas pelo nosso código tributário, onde viabiliza um estudo mais aprofundado com foco em redução de tributos, o qual, devido à alta carga tributária, torna-se essencial, e seu reflexo visivelmente observado no resultado empresarial significa a forma lícita de diminuição dos custos tributários, chamada de Elisão Fiscal, essa economia.

Pode ocorrer de diversas formas, uma delas surge através de lacunas na lei, outro seria o benefício tributário de lugares, que a legislação beneficia determinado

setor e a empresa irá fazer a migração, exemplo dessa situação seria justamente o que acontece com questão de ISS, isso tudo o contador irá observar através de um estudo aprofundado da legislação e do setor empresarial.

Conforme Chaves (2017, p.4), “o legislador vem procurando eliminar todas as possibilidades que surgem de reduzir de forma legal a carga tributária, ou seja, sempre existem algumas alternativas que são menos onerosas do que outras. Assim, o contribuinte procura aquela que mais lhe interessar.”

“Sendo assim, torna-se imprescindível a adoção proativa, por parte dos empresários, de um sistema de economia legal, ou de elisão fiscal, mais conhecido atualmente como planejamento tributário.” Crepaldi (2017, p.78).

## **4 METODOLOGIA**

Será apresentado na sequência como será a abordagem da metodologia para a execução e desenvolvimento da pesquisa.

### **4.1 Tipologia de pesquisa**

Quanto ao alcance dos objetivos, a pesquisa foi realizada do tipo exploratória, por buscar informações e desenvolvimento do objeto estudado, de acordo com Gil (2006, p. 43):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Quanto aos procedimentos técnico da pesquisa foi com base bibliográfica, segundo Arruda Filho e Farias Filho (2015, p. 67), “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na In-ternet.”

Qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica, que proporciona um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto. (SANTOS E FILHO, 2012).

Foi realizado um estudo de caso em uma empresa que serviu para aprofundar, conhecer e esclarecer o determinado questionamento. Yin (2001, p. 32) definiu “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”

### **4.2 Procedimentos metodológicos**

Para o estudo de caso, foi escolhida uma microempresa de representação comercial do setor de confecções, no qual será mantido em sigilo o seu nome, por exigência da mesma. A escolha desta empresa foi a facilidade de acesso e disponibilidade das informações que nos auxiliou no desenvolvimento do estudo e por fazer parte do rol de atividades modificadas pela lei complementar 155/2016 do Simples Nacional com vigência para o ano de 2018 (dois mil e dezoito).

Quanto à forma de abordagem da pesquisa, esta classifica-se como qualitativa por fazer uma análise em apenas um único objeto da amostra, sendo, assim, um estudo de caso.

Para chegar aos resultados e alcançar os objetivos, foram estudados através da coleta de dados, que nos foi disponibilizada por intermédio do contato com o contador da empresa autorizado pelos seus sócios. A documentação que nos foi disponibilizada e se fez necessária para o desenvolvimento foi apenas a declaração de serviço referente ao ano de 2017 (dois e dezessete), uma obrigação acessória gerada mensalmente devida à Prefeitura Municipal, e o livro contábil referente a 2016 (dois mil e dezesseis), após, foi processada de toda a documentação para o desenvolvimento do estudo.

## 5 COMPARATIVO DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS

Neste capítulo, irá ser desenvolvida a aplicação das alíquotas dos impostos devidos, seja pelo regime de tributação simples nacional ou lucro presumido.

### 5.1 Faturamento anual

Primeiramente, será exposto o faturamento, esta relação está de acordo com as notas fiscais de serviços emitidas, nas quais gera-se uma obrigação acessória que seria a declaração de serviço e foi a fonte para a realização deste estudo. Foram disponibilizadas para consulta todas as Declarações de Serviços referentes ao ano 2017.

Segue abaixo a relação do faturamento mensal do ano de 2017:

**Tabela 1:** Faturamento mensal da empresa no ano de 2017.

<b>Faturamento</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Janeiro	R\$ 9.505,00
Fevereiro	R\$ 10.520,00
Março	R\$ 9.513,00
Abril	R\$ 8.230,00
Maio	R\$ 9.556,00
Junho	R\$ 12.856,00
Julho	R\$ 9.852,00
Agosto	R\$ 8.561,00
Setembro	R\$ 8.613,00
Outubro	R\$ 9.523,00
Novembro	R\$ 9.962,00
Dezembro	R\$ 13.053,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 119.744,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

Vimos, de acordo com o quadro apresentado anteriormente um faturamento, no qual não há muitas oscilações durante o ano, e que o maior mês de faturamento, dezembro, sendo influenciado muito provavelmente pela sazonalidade. Para o ano de 2018 (dois mil e dezoito), é esperada esta mesma média de faturamento sem grandes alterações.

Outro fator observado em relação à empresa seria que, no ano de 2017, a mesma pertencia ao regime de tributação lucro presumido, que, conforme contato

com contador da empresa, afirmou que era a sua melhor opção e que a mesma pertenceria anteriormente ao anexo VI do simples se fosse optante no qual, em 2018, houve extinção deste anexo.

## 5.2 Simples Nacional

Esse regime de tributação gera uma única guia, no qual iremos verificar cada porcentagem de imposto de acordo com a alíquota determinada pela legislação correspondente.

Para demonstrarmos, foi observado, primeiramente, o CNAE da empresa, sendo ele o 4616-8/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem. Ao verificarmos esse CNAE, consultamos qual anexo está enquadrado, que é o anexo V, em acesso ao site Portal Contábeis. Vale ressaltar, também, que a empresa não possui funcionários, sendo a atividade desenvolvida pelos sócios, que, neste caso, esta informação influencia para o cálculo do simples nacional.

Conforme a lei complementar 155, de 2016, seguem abaixo as alíquotas aplicadas:

**Quadro 2 - Tabela anexo V Simples Nacional**

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	15,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	540.000,00

Fonte: Portal Simples Nacional (2018).

O quadro 3 demonstra as alíquotas aplicáveis sobre o faturamento da empresa, em relação ao anexo V do Simples Nacional, a diferença no anexo com vigência no ano anterior para hoje foram minimizadas as alíquotas e as faixas das receitas.

A empresa estudada de acordo com o livro contábil de 2016 (dois mil e dezesseis), o faturamento bruto o total do ano foi de R\$ 115.050,00, mantendo-se,

assim, na mesma faixa que é a primeira com a alíquota incidente de 15,50% (quinze virgula cinquenta por cento).

Verifique, a seguir, o cálculo de imposto levando em consideração que, em 2016, a mesma também constava com o faturamento bruto abaixo de R\$ 180.000,00 anual:

**Tabela 2 - Cálculos dos impostos regime Simples Nacional**

<b>Competência</b>	<b>IRPJ (3,88%)</b>	<b>CSLL (2,33%)</b>	<b>COFINS (2,19%)</b>	<b>PIS (0,47%)</b>	<b>CPP (4,47%)</b>	<b>ISS (2,16%)</b>
Janeiro	R\$368,79	R\$221,47	R\$208,16	R\$44,67	R\$424,87	R\$205,31
Fevereiro	R\$408,18	R\$245,12	R\$230,39	R\$49,44	R\$470,24	R\$227,23
Março	R\$369,10	R\$221,65	R\$208,33	R\$44,71	R\$425,23	R\$205,48
Abril	R\$319,32	R\$191,76	R\$180,24	R\$38,68	R\$367,88	R\$177,77
Maio	R\$370,77	R\$222,65	R\$209,28	R\$44,91	R\$427,15	R\$206,41
Junho	R\$498,81	R\$299,54	R\$281,55	R\$60,42	R\$574,66	R\$277,69
Julho	R\$382,26	R\$229,55	R\$215,76	R\$46,30	R\$440,38	R\$212,80
Agosto	R\$332,17	R\$199,47	R\$187,49	R\$40,24	R\$382,68	R\$184,92
Setembro	R\$334,18	R\$200,68	R\$188,62	R\$40,48	R\$385,00	R\$186,04
Outubro	R\$369,49	R\$221,89	R\$208,55	R\$44,76	R\$425,68	R\$205,70
Novembro	R\$386,53	R\$232,11	R\$218,17	R\$46,82	R\$445,30	R\$215,18
Dezembro	R\$506,46	R\$304,13	R\$285,86	R\$61,35	R\$583,47	R\$281,94

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

O cálculo exposto anteriormente demonstra os valores dos impostos devidos pelo regime Simples Nacional de forma separada com o valor devido de cada imposto, com suas respectivas alíquotas cuja soma resulta na alíquota total de 15,50% (quinze virgula cinquenta por cento).

Em seguida, o valor total dos tributos que será recolhimento pela empresa através da guia, DAS:

**Tabela 3 - Valor recolhimento total DAS**

<b>Competência</b>	<b>Valor total a recolher</b>
Janeiro	R\$ 1.473,28
Fevereiro	R\$ 1.630,60
Março	R\$ 1.474,52
Abril	R\$ 1.275,65
Maio	R\$ 1.481,18
Junho	R\$ 1.992,68
Julho	R\$ 1.527,06
Agosto	R\$ 1.326,96
Setembro	R\$ 1.335,02
Outubro	R\$ 1.476,07
Novembro	R\$ 1.544,11
Dezembro	R\$ 2.023,22

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).



No quadro 5, encontram-se os valores devidos pela empresa, quando tributada pelo Simples Nacional, mês a mês.

### 5.3 Lucro presumido

Neste regime de tributação, iremos apresentar, primeiramente, os impostos cujo recolhimento é feito mensalmente, com o cálculo do PIS alíquota de 0,65%, Cofins 3% e ISS, que é um imposto que varia de acordo com o município neste caso será 5%, conforme se segue:

**Tabela 4 - Cálculo PIS, Cofins e ISS - Lucro Presumido**

Competência	Faturamento bruto	PIS (0,65%)	COFINS (3,0%)	ISS (5,0%)
Janeiro	R\$9.505,00	R\$61,78	R\$285,15	R\$475,25
Fevereiro	R\$10.520,00	R\$68,38	R\$315,60	R\$526,00
Março	R\$9.513,00	R\$61,83	R\$285,39	R\$475,65
Abril	R\$8.230,00	R\$53,50	R\$246,90	R\$411,50
Maio	R\$9.556,00	R\$62,11	R\$286,68	R\$477,80
Junho	R\$12.856,00	R\$83,56	R\$385,68	R\$642,80
Julho	R\$9.852,00	R\$64,04	R\$295,56	R\$492,60
Agosto	R\$8.561,00	R\$55,65	R\$256,83	R\$428,05
Setembro	R\$8.613,00	R\$55,98	R\$258,39	R\$430,65
Outubro	R\$9.523,00	R\$61,90	R\$285,69	R\$476,15
Novembro	R\$9.962,00	R\$64,75	R\$298,86	R\$498,10
Dezembro	R\$13.053,00	R\$84,84	R\$391,59	R\$652,65

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

O quadro 6 demonstra o valor mensal devido dos cálculos dos três impostos PIS, COFINS e ISS, respectivamente.

A seguir, os dois últimos impostos, que são o IRPJ e CSLL, cuja contribuição ocorre trimestralmente:

**Tabela 5 - Cálculo IRPJ e CSLL - Lucro Presumido**

(continua)

Competência	Faturamento Bruto	Base de cálculo presunção do lucro (32%)	IRPJ (15%)	CSLL (9%)
Janeiro	R\$9.505,00			
Fevereiro	R\$10.520,00			
Março	R\$9.513,00	R\$9.452,16	R\$1.417,82	R\$850,69
Abril	R\$8.230,00			
Maio	R\$9.556,00			
Junho	R\$12.856,00	R\$9.805,44	R\$1.470,82	R\$882,49
Julho	R\$9.852,00			
Agosto	R\$8.561,00			
Setembro	R\$8.613,00	R\$8.648,32	R\$1.297,25	R\$778,35
Outubro	R\$9.523,00			
Novembro	R\$9.962,00			

(continuação)				
Dezembro	R\$13.053,00	R\$10.412,16	R\$1.561,82	R\$937,09

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

Os valores apresentados anteriormente foram demonstrados os valores devidos de IRPJ e CSLL com as alíquotas aplicáveis de 15% (quinze por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente.

#### 5.4 Comparativo entre os regimes de tributação

Segue a abaixo uma comparação com a tributação feita mensalmente, vejamos:

**Tabela 6** - Comparativo mensal Simples Nacional e Lucro Presumido

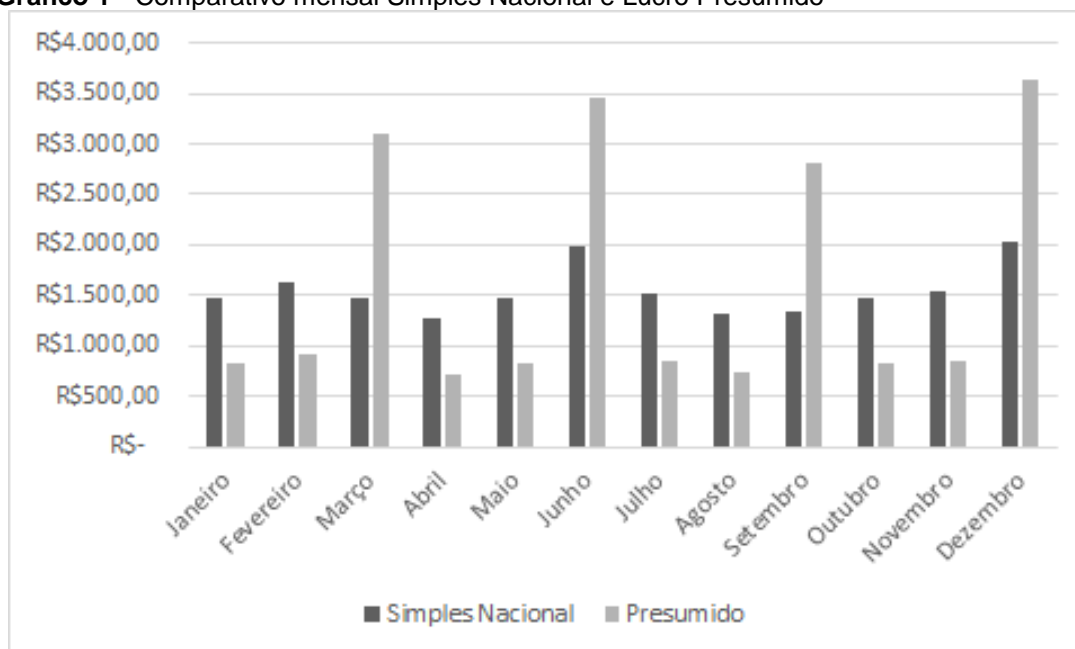
Competência	Simples Nacional	Presumido
Janeiro	R\$1.473,28	R\$822,18
Fevereiro	R\$1.630,60	R\$909,98
Março	R\$1.474,52	R\$3.091,39
Abril	R\$1.275,65	R\$711,90
Maio	R\$1.481,18	R\$826,59
Junho	R\$1.992,68	R\$3.465,35
Julho	R\$1.527,06	R\$852,20
Agosto	R\$1.326,96	R\$740,53
Setembro	R\$1.335,02	R\$2.820,62
Outubro	R\$1.476,07	R\$823,74
Novembro	R\$1.544,11	R\$861,71
Dezembro	R\$2.023,22	R\$3.628,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

Os valores exibidos anteriormente nos meses em que não há recolhimento dos impostos trimestrais do Lucro Presumido sempre aparecem com o valor menor; nos meses em que há o recolhimento de todos os impostos, torna-se bem superior ao do Simples.

Veja, em seguida, o gráfico evidenciando as oscilações mensalmente:

**Gráfico 1** - Comparativo mensal Simples Nacional e Lucro Presumido



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

O gráfico acima, podemos visualizar com mais clareza a oscilação do imposto disparado nos meses em que o recolhimento é de todos os impostos que é de três e três meses, tornando-se muito superior ao Simples Nacional e, nos outros meses, inferior.

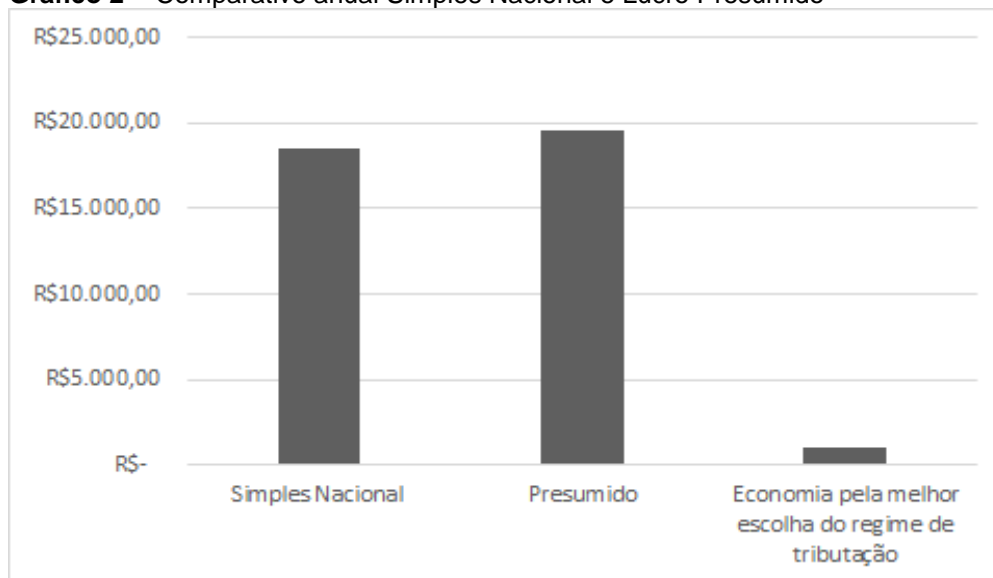
Vejamos agora a diferença anual real dos dois regimes:

**Tabela 7** - Comparativo anual Simples Nacional e Lucro Presumido

<b>Simples Nacional</b>	R\$	18.560,32
<b>Presumido</b>	R\$	19.554,19
<b>Economia pela melhor escolha do regime de tributação</b>	R\$	993,87

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

O quadro 9 apresenta o valor de R\$ 993,87 (Novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos) de economia de imposto se pertencer ao Simples Nacional, um valor bastante representativo por se tratar de uma microempresa.

**Gráfico 2 - Comparativo anual Simples Nacional e Lucro Presumido**

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

O gráfico exposto demonstra a parcela real de economia anual se optante pelo regime que apresenta melhor escolha no regime de tributação.

## 6 CONCLUSÃO

Este presente trabalho buscou realizar a comparação de regime de tributação da empresa de representação comercial localizada em João Pessoa, onde buscou evidenciar de forma simples e de fácil entendimento qual é a melhor alternativa do regime tributário.

Desta forma, após ser analisada a documentação e aplicada às alíquotas, verificamos que o regime tributário realmente mais vantajoso é, assim, o Simples Nacional com uma economia de R\$ 993,87 (Novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), para esta referida microempresa.

Vale ressaltar a importância do planejamento tributário, pois foi observado que, no ano anterior, de acordo com a documentação, a mesma encontrava-se no lucro presumido, e que, se, para esse ano de dois mil e dezoito, se não fossem observadas as mudanças na legislação e não tivesse efetuado um planejamento, estaria tendo um gasto maior que, por se tratar de uma microempresa, o valor de economia, apesar de não ser tão representativo, torna-se relevante. Destacamos assim, a necessidade de contratação pela empresa de um bom profissional na área contábil que se mantém atento às mudanças na legislação tributária.

Enfatizamos ainda neste estudo, a necessidade da minimização desses custos para que possa manter-se competitiva e que não venha a encerrar as suas atividades.

De acordo com este estudo e seus resultados, dão-se sugestões para futuras pesquisas, que seriam uma análise com empresas com maiores faturamentos e com funcionários que influenciará nos seus cálculos e poderá haver mudanças na melhor opção de regime tributário.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Carvalho de Alencar et al. **Contabilidade tributária**. 1. Ed. São Paulo-SP: Editora Atlas: 2010.

ANDRADE, Euridice S. Mamede de et al. **Contabilidade tributária**. 2.ed. São Paulo-SP: Editora Atlas, 2015.

ARRUDA FILHO, Emílio J.M.; FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Planejamento da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo - SP: Editora: Atlas, 2015.

BECHO. Renato Lopes. **Lições de direito tributário**. 2. ed. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2014.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Lei complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em 15 de Março de 2018.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Lei complementar nº 155, 27 de outubro de 2016**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp155.htm)>. Acesso em 15 de Março de 2018.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Lei nº 11.727, Art.17, de 23 de Junho de 2008**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/CSLL>>. Acesso em 12 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5172.htm)>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Lei nº 8.541, 23 de dezembro de 1992**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8541.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8541.htm)>. Acesso em 10 de Março de 2018.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Lei nº 9.430, DE 27 de Novembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/tributario/lei9430.htm>>. Acesso em 12 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_.BRASIL. **Lei nº 9.718,27 de novembro de 1998**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9718.htm)>. Acesso em 10 de Março de 2018.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada**. 4.ed. São Paulo-SP: Atlas, 2017.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário**. 2.ed. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2017.

FABETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário**. 10. Ed. São Paulo-SP: Editora: Atlas, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.Ed. Reimpressão. São Paulo-SP: Editora: Atlas, 2006.

JUNIOR, Geraldo Roberto Ribeiro; PUJALS, João. **Auditoria integrada do simples nacional: o que muda com o sefisc - sistema eletrônico único de fiscalização**. 2.ed. São Paulo - SP: Editora: Atlas, 2015.

MINISTERIO DA FAZENDA. Capítulo XIII - IRPJ - Lucro Presumido 2018. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2018-arquivos/capitulo-xiii-irpj-lucro-presumido-2018.pdf/view>. Acesso em: 29 de Abril de 2018.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**. 14.Ed. São Paulo-SP: Editora: Atlas, 2015.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade tributária**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

PORTAL CONTÁBEIS. **Simple nacional**. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/ferramentas/simples-nacional/>. Acesso em: 29 de Abril de 2018.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Impostos**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos/classificacao.html>. Acesso em: 29 de Abril de 2018.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Impostos**. Disponível em: [http://www.portaltributario.com.br/guia/lucro\\_presumido\\_irpj.html](http://www.portaltributario.com.br/guia/lucro_presumido_irpj.html). Acesso em: 29 de Abril de 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. PINTO, Mauro Aparecido. **Contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo-SP: Editora: Saraiva, 2012.

SANTOS, Adiléia Ribeiro; OLIVEIRA, Rúbia Carla Mendes de. Planejamento tributário com ênfase em empresas optantes pelo Lucro Real. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2008, Gramado. **Anais**. Gramado, 2008.

SANTOS, João Almeida dos Santos; FILHO, Domingos Parra. **Metodologia Científica**. 2.Ed. São Paulo: Editora: Cengage Learning, 2012.

SILVA. Albuquerque Rômulo. **Lucro Real e Presumido**. CRC-PR. Disponível em [http://www.crcpr.org.br/new/content/download/eventos/2570/Lucro\\_Real\\_Presumido\\_2013.pdf](http://www.crcpr.org.br/new/content/download/eventos/2570/Lucro_Real_Presumido_2013.pdf) Acesso em fevereiro de 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.Ed. São Paulo-SP:  
Editora: Artmed, 2001.





Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Finanças e Contabilidade  
Curso de Ciências Contábeis  
Comissão de TCC



## FORMULÁRIO IX

### DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO SIMPLES E PRESUMIDO: um estudo de caso de uma microempresa de representação comercial no município de João Pessoa, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Autor(a): Rayssa Carla Leal Pessoa

### AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DA MONOGRAFIA

Eu, Professor Héli da Cristina Cavalcante Valério, autorizo o depósito da monografia do aluno Rayssa Carla Leal Pessoa, matrícula 111223426. A apresentação do trabalho irá ocorrer no semestre 2018.1, com data a ser divulgada pela Comissão do TCC do curso de Ciências Contábeis.

João Pessoa, 23 de Maio de 2018.

Professor(a): Cavalcante Valério